

Fernando de Noronha agora é de Pernambuco

"Pasárgada vai perder seu rei", profetizava ontem da tribuna o deputado Ismael Wanderley (PMDB-RN), ao defender a anexação da Ilha Fernando de Noronha ao Rio Grande do Norte. Ismael perdeu sua emenda mas acertou o resultado da votação seguinte, que por 291 votos a favor, 85 contra e 30 abstenções, acoplou o Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. O rei no caso é o governador Fernando César Mesquita. Ele acompanhou o encaminhamento da matéria da tribuna da imprensa na Câmara e assistiu atônito sua aprovação.

A reação foi de surpresa. Para Mesquita, a decisão da Constituinte foi soberana, mas irracional e ilógica: "Vão acabar com Fernando de Noronha". Um deputado pernambucano que votou a favor da fusão de emendas dos deputados José Moura (PFL-PE), Nilson Gibson (PMDB-PE) e Wilson Campos (PMDB-PE), também se mostrou surpreso com o resultado. No anexo IV esse parlamentar afirmava ter votado sim em consideração aos eleitores, mas que havia "confiado" no bom-senso do plenário da Constituinte, que segundo ele deveria ter rejeitado a proposta.

Ao unir Fernando de Noronha a Pernambuco, a história novamente se fez irônica. Miguel Arraes, que como preso político ficou um ano na ilha, a partir da promulgação da nova Carta, será seu governador. O principal argumento usado pelos defensores dessa união foram dados pelo deputado Joaquim Francisco (PFL-PE). Em seu discurso ele afirmou ser a dotação orçamentária da ilha para o ano de 88 de Cz\$ 3 bilhões e 400 mil. O que eleva seus habitantes a pequenos "marajás", com uma renda per capita de Cz\$ 2 milhões 380 mil por ano.

A amizade de Mesquita com o presidente Sarney propiciou a inclusão de Fernando de Noronha no Fundo de Participação dos Estados. Com isso, só de renda financeira, a ilha passou a receber Cz\$ 1 bilhão 757 milhões. Distribuídos entre uma população de 1.280 habitantes, cada um estaria recebendo Cz\$ 1 milhão 370 mil por



ano, ou Cz\$ 114 mil por mês. Um total até seis vezes superior ao de qualquer outro brasileiro. Os números são considerados absurdos por economistas como o deputado José Serra (PMDB-SP), que já fez em plenário discurso contrário aos gastos.

Para Fernando César Mesquita, entretanto, todo o dinheiro gasto na ilha, apelidada de "ilha da fantasia", valeria a pena. Seu projeto de governo era dividir o arquipélago em três áreas, uma destinada à conservação ambiental e pesquisas científicas, outra que está sendo restaurada e, por último, uma parte seria reservada ao uso dos moradores e de turistas. Segundo Mesquita, o que pesou na Constituinte foi a questão "política". Em sua avaliação tudo não passou de uma armação dos inimigos de Sarney, ci-

EUGENIO NOVAES



Fernando César

tando nominalmente o senador Marco Maciel (PFL-PE) e o ex-ministro do Interior, Joaquim Francisco.

Os autores da emenda alegaram razões históricas para anexar Fernando de Noronha a Pernambuco. A questão ecológica ficou para segundo plano. No gabinete de José Moura, por exemplo, informou-se que não existe nenhum programa dos pernambucanos para preservar o meio ambiente da ilha, considerada hoje como um dos mais belos do mundo. "A idéia é deixar como está", disse um assessor de Moura, acrescentando que o que se pretende é evitar a construção de hotéis ou aeroporto no local, como vinha sendo feito por Mesquita.

A questão ecológica foi levantada por Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que falou contra a emenda. Segundo afirmou, Fernando de Noronha não deveria ser entregue nem a Pernambuco nem ao Rio Grande do Norte, e sim à comunidade científica. O senador João Menezes também apelou para o aspecto da preservação da natureza. Para ele, se a ilha for entregue ao "uso comum" sua fauna e flora estarão condenadas. A mesma opinião foi manifestada por Mesquita, que afirmou estar o Estado de Pernambuco sem condições financeiras de arcar com a administração da ilha, distante 546 quilômetros de Recife.

Mesquita está governando Fernando de Noronha há cerca de um ano, depois de ocupar o cargo de Ouvidor da República e porta-voz do Palácio do Planalto. Com a aprovação de um decreto pelo Congresso Nacional, no ano passado, a ilha deixou de ser um território militar para ser civil. Em seguida Mesquita foi nomeado por Sarney para administrá-la. Ontem, perguntado qual seria seu próximo emprego, Mesquita disse não estar precisando de nenhum, já que é funcionário da Câmara e jornalista. "Mas se você souber de algum bom pode falar comigo", disse em tom de graça, sem, no entanto, conseguir esconder uma grande amargura.